

Elaboração de termo de referência para assinaturas de bases de dados em Bibliotecas Universitárias: sugestão de parâmetros

Marianna Zattar Barra Ribeiro (UNIRIO) - mariannazattar@gmail.com

Resumo:

O trabalho propõe uma abordagem complementar aos parâmetros de aquisição utilizados em bibliotecas universitárias públicas federais. Apresenta a aquisição na Administração Pública. Utiliza como abordagem um relato de experiência do trabalho na formação e no desenvolvimento de coleções. Observa especificamente a questão das assinaturas de bases de dados. Apresenta a análise de parte da literatura corrente em Biblioteconomia com o objetivo de identificar autores que abordassem essa temática e texto que oferecessem suporte teórico para a sugestão de tópicos. Indica a necessidade de estudos sobre o assunto.

Palavras-chave: *Bases de dados. Serviços de informação. Bibliotecas universitárias.*

Área temática: *Temática III: Bibliotecas, serviços de informação & sustentabilidade*

Elaboração de termo de referência para assinaturas de bases de dados em Bibliotecas Universitárias: sugestão de parâmetros

Resumo

O trabalho propõe uma abordagem complementar aos parâmetros de aquisição utilizados em bibliotecas universitárias públicas federais. Apresenta a aquisição na Administração Pública. Utiliza como abordagem um relato de experiência do trabalho na formação e no desenvolvimento de coleções. Observa especificamente a questão das assinaturas de bases de dados. Apresenta a análise de parte da literatura corrente em Biblioteconomia com o objetivo de identificar autores que abordassem essa temática e texto que oferecessem suporte teórico para a sugestão de tópicos. Indica a necessidade de estudos sobre o assunto.

Palavras-chave: Bases de dados. Serviços de informação. Bibliotecas universitárias.

Área temática: Bibliotecas, serviços de informação & sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

É notável a modificação da chamada natureza do objeto nas áreas de formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. Isto porque os chamados objetos dos processos de aquisição dos elementos que compõe os acervos universitários são cada vez mais denominados serviços (contratação, assinatura etc.), em contraposição ao que anteriormente possuía maior incidência, ou seja, a compra de produtos. Por exemplo, é crescente o número de universidades públicas que fazem a contratação de fornecedor para aquisição de livros impressos, a contratação de empresa que oferece serviço de encadernação, a assinatura de bases de dados etc. ao invés de comprar o livro ou comprar materiais para encadernar.

Essa mudança coloca em xeque a necessidade de uma maior padronização das atividades envolvidas nestes processos. Isto porque seleção em qualquer biblioteca é um item de transparência em primeiro plano, além de ser imbuída dos princípios constitucionais que regem as atividades da Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia.

Dessa forma, a elaboração deste trabalho parte das necessidades constatadas na **aquisição de bases de dados** em bibliotecas universitárias¹, especificamente na descrição dos critérios utilizados para a elaboração dos termos de referência. Espera-se com isso uma maior discussão em torno dos parâmetros utilizados na composição/elaboração dos termos de referência do sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Os procedimentos utilizados para a elaboração deste trabalho estão em consonância com o método de pesquisa chamado “pesquisa exploratória” com dados de natureza qualitativa. Para Gil (2002) o objetivo desse tipo de pesquisa é proporcionar maior familiaridade com o problema, para torná-lo mais explícito ou construir hipóteses.

3 AQUISIÇÃO NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS

Atualmente a aquisição de bases de dados, nos moldes da Administração Pública, é feita na modalidade de assinatura, isto é, contratação de serviços. O que faz do bibliotecário (responsável pela aquisição da unidade de informação), um gestor de contratos.

No âmbito da Administração Pública Federal, têm-se como direcionadora a lei 8.666 de 1993 (que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras

¹ Já que é cada vez mais evidente o número de bases de dados que possuem o mesmo foco/área do conhecimento/público.

providências). Esta lei indica em seu artigo terceiro que a licitação destina-se a observância, dentre outras, da seleção da proposta mais **vantajosa**² para a administração.

Na leitura desta lei nota-se a importância de um termo de referência que por um lado não fira os princípios constitucionais, e por outro não deixe de apresentar as reais necessidades do órgão solicitante.

A atividade relacionada à gestão de contratos de serviços é feita sob a perspectiva dos interesses do órgão público e deve ser pautada nas informações contidas nos termos de referência (e, por conseguinte nos editais). O que torna necessária uma visão baseada nos princípios da Administração Pública desde a seleção dos serviços de informação, passando pela elaboração do termo de referência para a formação do processo até a fase em que se atesta o recebimento dos itens constantes na nota fiscal (o que significa a comprovação da conferência dos produtos fornecidos com a requisição efetuada e encaminhados pelo recebedor).

3.1 BASES DE DADOS

Segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 43), pode-se definir bases de dados como:

2. INF conjunto de arquivos e programas de computador coordenados e estruturados que constituem um depósito de informações que podem ser acessados por diversos utilizadores. A base de dados contém: a) os arquivos ou depósitos de informação; b) os programas de tratamento que são colocados à disposição do usuário com o intuito de lhe assegurar serviços básicos de acesso, interrogação, apresentação dos resultados e, em alguns casos, tratamento da informação contida na base de dados.

² Proposta mais vantajosa não significando a proposta com menor custo direto, e sim a proposta que traga maior eficiência na prestação dos serviços prestados pela Administração Pública.

Para Cendón (2005), as bases de dados são parte dos sistemas de informação (SRIs) e podem ser categorizados como referenciais ou de fonte. Segundo a autora as “bases referenciais” são bases de dados que incluem referências ou informações secundárias. Subdividem-se em Bibliográficas ou Diretórios. Já as bases de dados de fontes incluem a informação completa ou os dados primários. Subdividem-se em: bases de texto completo, bases de dicionários, bases numéricas e bases de Imagens/Dados Gráficos.

De acordo com Rowley (2002) as bases de dados podem ser vistas sob a perspectiva do tipo: “base de dados de referências e de fontes”. As bases de dados de referência encaminham o usuário à outra fonte de informação. Enquanto que as bases de dados de fonte disponibilizam os dados originais e integrais. Ainda segundo a autora deve-se considerar os formatos de registro, uma vez que eles visam facilitar o intercâmbio de registros entre diferentes sistemas (ROWLEY, 2002).

3.2 A ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA PARA ASSINATURAS DE BASES DE DADOS

A literatura em Biblioteconomia e Ciência da Informação apresenta inúmeras sugestões quanto à qualidade da informação. Contudo, considerando a crescente necessidade das bibliotecas universitárias em todo mundo no que tange a aquisição de materiais informacionais em formato eletrônico, torna-se de suma importância a o estabelecimento de parâmetros para a elaboração de termos de referência e para a gestão de contratos de serviços das bases de dados tanto com relação à forma quanto ao conteúdo.

3.3 SUGESTÃO DE PARÂMETROS PARA A ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA PARA ASSINATURAS DE BASES DE DADOS

Utilizando a prática do profissional bibliotecário em torno da formação e do desenvolvimento de coleções da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,

buscou-se a criação de uma estrutura para a avaliação das bases de dados solicitadas por usuários e/ou apresentadas por fornecedores.

Os critérios foram levantados na literatura corrente da Biblioteconomia, onde foram empreendidas buscas para identificar os principais parâmetros propostos e selecionados àqueles que melhor respondiam às necessidades da Divisão de Desenvolvimento de Acervo (DDA) da Biblioteca Central de nossa universidade³.

Segundo Lancaster (2004), uma base de dados bibliográficos deve ser avaliada pela sua utilidade ao responder as necessidades de informação, de acordo com quatro critérios principais:

- a) cobertura;
- b) recuperação;
- c) previsibilidade;
- d) atualidade;

No item cobertura deve ser ponderada a completude da base, ou seja, o quão completo é o conteúdo da base de dados em relação a um assunto. (MESQUITA, 2005).

Na recuperação deve-se observar se os itens estão passíveis de recuperação através de uma estratégia de busca não muito complexa. (MESQUITA, 2005). Para Araújo Junior (2007, p. 65) “A recuperação da informação se dá pela comparação do que se solicitou com o que está armazenado, bem como com o conjunto de procedimentos que este processo envolve (Belkin & Croft 1987)”.

Enquanto que a previsibilidade verifica se um documento é reconhecido como relevante a partir das informações contidas na base de dados. (MESQUITA, 2005).

Já a atualidade é medida na velocidade com que novas publicações são incluídas na base. (MESQUITA, 2005).

³ Cabe aqui ressaltar que critérios relacionados à usabilidade e/ou à arquitetura da informação não foram apresentados, pois são considerados que tais elementos podem ser observados como critérios de restrição no processo de elaboração dos chamados termos de referências. O que poderia direcionar determinada empresa ou marca.

Além desses critérios, foram observados outros itens que podem influenciar no uso e no acesso à informação, tais como:

- a) dispositivo (tecnologias);
- b) suporte técnico;
- c) treinamento;

Com relação à avaliação do dispositivo (tecnologia), deve ter ciência das possibilidades de acesso/leitura/disponibilidade dos documentos que compõe a base de dados em suportes que possam ser lidos/consultados na íntegra seja em computador, seja em *tablet* seja com celular.

O critério suporte técnico deve apresentar se há apoio e atendimento nas dúvidas e manutenção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)

Já o treinamento deve ser observado sob a perspectiva da formação de bibliotecários multiplicadores e/ou demonstração aos usuários das diferentes possibilidades que a base oferece.

Segundo Sayão (2000) alguns aspectos impelem os usuários à compra de bases de dados:

- a) necessidade/desejo;
- b) percepção do benefício;
- c) preço;
- d) risco.

Quanto aos aspectos “necessidade/desejo” e “percepção do benefício”, neste caso, podem ser relacionados aos critérios de seleção do conteúdo. Além disto, sabendo que o preço não deve entrar na elaboração do termo de referência e sim na pesquisa de preço (orçamento) para a elaboração do edital (e/ou do contrato), tem-se a relação entre valor e benefício em outras etapas da aquisição. Já o risco, que está diretamente relacionada à incerteza da efetividade, é um ponto que deve ser

considerado no conhecimento das necessidades da comunidade, isto é, dos usuários externos e, principalmente, internos.

Além desses critérios, outras questões deverão ser consideradas na seleção das bases de dados. A primeira é com relação à disponibilidade da informação (e o acesso) em diferentes navegadores web. A segunda questão é quanto a acessibilidade, isto porque, a informação ainda que em formato digital, assume várias formas de apresentação. O que pode ampliar o alcance do número de usuários atendidos.

De forma geral, apresenta-se aqui uma base para a sugestão de parâmetros que devem constar na elaboração de termos de referência na aquisição de bases de dados:

- a) cobertura;
- b) recuperação;
- c) previsibilidade;
- d) atualidade;
- e) dispositivo (tecnologias);
- g) suporte técnico;
- h) treinamento;
- i) necessidade/desejo;
- j) percepção do benefício;
- k) preço;
- l) risco;
- m) disponibilidade da informação;
- n) acessibilidade.

4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Ressalta-se que este trabalho não se encerra nesta publicação, ele tem como propósito o estímulo à discussão e padronização de parâmetros básicos para aquisição de bases de dados em bibliotecas universitárias públicas federais. De tal

forma que a proposta aqui é evidenciar a necessidade de parâmetros na elaboração dos termos de referência feitos nas dependências da Biblioteca da UNIRIO (órgão requisitante) para aquisição de bases de dados e, com isso, ter subsídios suficientes para promover a abertura do procedimento licitatório.

Destaca-se a não contemplação da apresentação dos critérios utilizados para a seleção dos materiais informacionais contidos nas bases de dados. Eles não foram tratados de forma particular, pois não condiziam com a finalidade desta publicação. Contudo, para fins de encaminhamento, indica-se o texto de Weitzel (2000) para os trabalhos que tenham como finalidade a avaliação de materiais informacionais em formato eletrônico/digital.

Espera-se que essa publicação estimule o aumento quantitativo e qualitativo das discussões até hoje elaboradas em torno deste tema. Por exemplo, com estudos biblioteconômicos que possuam embasamento a partir do arcabouço legislativo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO JUNIOR, Rogério Henrique de. **Precisão no processo de busca e recuperação da informação**. Brasília, DF: Thesaurus, 2007.

BRASIL. Lei 8.666 de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 22 jun. 1993.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

CENDÓN, Beatriz Valadares de. Sistemas e redes de informação. In: OLIVEIRA, Marlene (Coord.). **Ciência da informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 61-96.

FARIA, Maria Isabel Ribeiro de. **Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico**. São Paulo: EDUSP, 2008.

JANNUZZI, C. A. S. C. Estoque, oferta e uso da informação. **Transinformação**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 13-23, 2001.

LANCASTER, F. W. **Indexação e Resumos**: teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexo, 2006.

MARCONDES, C. H. et al. (Org.). **Bibliotecas digitais**: Saberes e Práticas. 2. ed. Salvador: EDUFBA; Brasília, DF: IBICT, 2006.

MARQUES, Eliana de Azevedo. A nova biblioteca: o papel e o digital. **Rev. USP**, São Paulo, n. 80, fev. 2009. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-99892009000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 maio 2012.

MESQUITA, Rosa et al. Elaboração e aplicação de instrumentos para avaliação da base de dados Scopus. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 11 n. 2, p. 187 - 205, mai./ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n2/v11n2a04.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2012.

NASCIMENTO, José Antonio Machado; AMARAL, Sueli Angélica do. **Avaliação e usabilidade na internet**. Brasília, DF: Thesaurus, 2010.

ROWLEY, J. **A biblioteca eletrônica**. Trad. Antonio Agenor Briquet de Lemos. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2002.

SAYÃO, Luís Fernando. Bases de dados suas qualidades. In: LUBISCO, Nídia M. L. **Informação & informática**. Salvador: EDUFBA, 2000. p. 143-180.

TOMAÉL, Maria Inês et al. Critérios de qualidade para avaliar fontes de informação na internet. In: TOMAÉL, Maria Inês; VALENTIM, Marta Ligia Pomim (Org.). **Avaliação de fontes de informação na internet**. Londrina: Eduel, 2004. p. 19-40.

WEITZEL, Simone da Rocha. Critérios para seleção de documentos eletrônicos na internet. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19., 2000, Porto Alegre. [**Anais...**]. Porto Alegre: FEBAB, 2000.

_____. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. **TransInformação**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 179-190, set./dez., 2012. Disponível em: Acesso em: 19 fev. 2013.

_____. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitária**. São Paulo: Interciência, 2006.